



A DICOTOMIA ENTRE O RURAL E O URBANO A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

THE DICHOTOMY BETWEEN RURAL AND URBAN DEVELOPMENT THE TERRITORIES

Ezequiel Plinio Albarello

Resumo

Partindo do princípio que não existe uma linha fixa, nem uma fronteira que delimita campo e cidade, o propósito desse ensaio é discutir alguns dos enfoques que estão sendo empregados para a análise do rural e do urbano, como a dicotomia rural-urbano e a dicotomia campo-cidade e, em especial, a urbanização do campo. Para tal propósito, foram adotados, como procedimentos metodológicos, a análise de bibliografias nacionais que abordam esses temas, além de se utilizar de exemplos concretos de fenômenos e processos verificados no campo brasileiro, não para mera ilustração, mas para corroborar com o debate de tais ideias. Somente quando se entende o campo como um conjunto complexo que engloba o social, o cultural, o econômico e o interpessoal, e não simplesmente o agrícola, que está limitado aos aspectos econômicos e, por outro lado, por conteúdos urbanos, é que se pode falar de urbanização territorial, o campo e da cidade como partes de uma mesma condição. Assim, para entender a complexidade atual do meio rural e a real intensidade do processo de urbanização, buscou-se uma análise da dinâmica socioterritorial, e que busque uma nova análise de conceitos imprescindíveis para a interpretação da complexidade territorial.

Palavras-chave: Urbanização. Rural e Urbano. Rural e Cidade.

Abstract

Assuming that there is no fixed line or a boundary delimiting the city and country, the purpose of this essay is to discuss some of the approaches being employed for the analysis of rural and urban, and rural-urban dichotomy and the dichotomy field-city and, in particular, the urbanization of the countryside. For this purpose, they were adopted as methodological procedures, the national bibliographies analysis that address these issues, in addition to using concrete examples of phenomena and processes observed in the Brazilian countryside, not for mere illustration, but to corroborate the discussion of such ideas. Only when you understand the field as a complex whole which includes social, cultural, economic and interpersonal, and not just the agriculture, which is limited to economic aspects and, on the other hand, for urban content, can you talk of territorial urbanization, the countryside and the city as part of the same condition. Thus, to understand the current complexity of the rural environment and the actual intensity of the urbanization process, we sought an analysis of the socio-territorial dynamics, and seek a new analysis of essential concepts for the interpretation of territorial complexity.

Keywords: Urbanization. Rural and Urban. Rural and City.

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



1 INTRODUÇÃO

Durante um bom tempo houve um consenso em considerar que campo constituía um espaço caótico e que deveria passar por transformações superassem a condição de atraso. Essa crise diz respeito à perda de importância desse espaço no conjunto da economia. No caso brasileiro, isso ocorreu a partir do momento em que se iniciou a passagem de uma economia e sociedade de base agrária para uma organização predominantemente urbana e industrial, após a crise de 1929. Esse processo colocou em questão uma série de mecanismos que alteraram profundamente os sistemas territoriais, sociais e econômicos, sobre os quais estava apoiada a organização e a exploração das áreas rurais.

Segundo Giuliani (1990), no Brasil, a partir dos anos de 1980, vem se evidenciando uma tendência inversa entre a importância relativa da economia agrícola e a importância cultural outorgada a ruralidade e seu espaço. É um fato constatado que na sociedade capitalista e urbana do final do século XX e início do XIX, o campo vem ganhando um significado simbólico como espaço de reencontro, onde se evoca a vida tradicional, as origens e o contato com a natureza.

Essa tendência à valorização do espaço rural, e da ruralidade, se contrapõe ao ideário da modernização da agricultura, no que se refere à eliminação das relações tidas como tradicionais, que são a base das relações sociais no campo. A partir da segunda metade da década de 1960, no Brasil, a modernização da agricultura foi defendida como um processo que promoveria a transformação do velho mundo rural pelo padrão urbano-industrial (GIULIANI, 1990).

Contudo, no estágio atual de desenvolvimento rural brasileiro, observa-se a existência de atividades próprias das áreas rurais como a agricultura, as agroindústrias, a baixa densidade demográfica e de edificação, que são as características mais comuns desse espaço. Associados a estas atividades, frequentemente, encontram-se fenômenos como o trabalho agrícola em tempo parcial, a indústria à domicílio, a descentralização industrial e residencial e também entre a residência e o trabalho. Dessa forma, observa-se em regiões específicas a intensificação do processo de urbanização do campo, ou seja, do



território como um todo, cuja análise permite reunir muitas variáveis, suas relações e transformações históricas do espaço rural, imprimindo a este uma nova característica.

Assim, será que as funções do meio rural não derivam de uma classificação das atividades existentes ou dos usos do solo, mas sim da difusão e integração dos elementos característicos do âmbito urbano com os do rural? Esse processo de integração dos elementos que compõem o que tradicionalmente se classifica como rural e urbano, considerando a produção social do espaço, vem ocorrendo também em outros países subdesenvolvidos assim como no Brasil.

Desde o início da década de 1990, na literatura brasileira, a perspectiva de análise dos espaços rurais vem mudando de maneira substancial, como a publicação de trabalhos que trazem importantes contribuições para o debate teórico. Entre os autores que merecem destaque está Graziano da Silva (1999) Schneider (1999), Kageyama (2003), Giuliani (1990), entre outros.

As novas abordagens têm propiciado novas formas de análise do espaço rural, mas ainda é necessário avançar no sentido de superar a definição de espaço rural como um espaço de produção e encará-lo como um espaço para a reprodução. Desse ponto de vista não se está fazendo outra coisa a não ser constatar um processo de transformação cultural e funcional do campo que se iniciou a partir da crise do setor agropecuário brasileiro dos anos de 1980.

O certo é que os espaços rurais, em especial de estados do Sul e do Sudeste do Brasil, estão passando por transformações, incorporando cada vez mais ciência e técnica, perdendo o caráter de espaços tradicionais, homogêneos e de uma só função (produção agropecuária) e se convertendo em espaços heterogêneos e multifuncionais, refletindo o processo de urbanização dos territórios.

É importante registrar que nesse trabalho utilizou-se procedimentos metodológicos de pesquisas bibliográficas e demais dados secundários para dar conta da discussão e cerca, de um espaço rural e de um espaço urbano, que podem ser entendidos como sinônimos de campo e de cidade, respectivamente.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O RURAL E O URBANO



Pretende-se aqui apresentar algumas preocupações na perspectiva do conteúdo a cerca da discussão do rural e do urbano no Brasil contemporâneo. Nesse contexto, parte-se de um questionamento que há algum tempo emerge nas reflexões dos pesquisadores e que muito nos inquieta: como definir o rural e o urbano, sobretudo admitindo-se a hipótese de que não existe uma fronteira entre campo e cidade?

Convencionou-se na Geografia, durante muito tempo, definir o rural como campo e o urbano como cidade. Essa forma de pensar está associada a dicotomia que durante muito tempo serviu de parâmetro para a explicação da realidade concreta. A concepção dicotômica entre campo e cidade está vinculada ao pressuposto teórico que considera a produção do espaço urbano, ou seja, da cidade, e a produção do espaço rural, como processos distintos, que de fato não são.

2.1 O Campo, a cidade e sua dicotomia

A dicotomia campo-cidade é uma categoria de análise clássica, utilizada de forma quase incondicional nos trabalhos das diversas ciências sociais. Da mesma forma que é amplamente aceita a ideia de que as cidades se constituem a partir de uma base econômica rural.

De início, pode-se destacar que essas ideias estão vinculadas aos mesmos pressupostos teóricos que consideram a produção do espaço urbano da cidade e a produção do espaço rural como processos distintos. Não se pode entender a cidade unicamente a partir de sua área administrativa, que normalmente é definida de forma arbitrária. Ainda, não se pode entender o campo enquanto espaço produzido somente a partir da lógica das relações sociais e de produção nele existentes. Esses dois subespaços devem ser compreendidos como parte orgânica de uma mesma totalidade, uma mesma lógica social, ou seja, é fundamental levar em conta que ambos fazem parte de uma unidade geográfica, econômica, social, cultural e política, da qual depende seu desenvolvimento (LEFBVRE, 1999).

Por muitos anos se considerou o espaço agrário como sinônimo de espaço rural. Tradicionalmente e de forma simplista esse espaço era definido como tudo aquilo que não é



urbano. Em alguns trabalhos se define espaço rural como sendo a superfície cultivada ou com vegetação nativa, que não sofre a influência direta da cidade.

É evidente que não se pode entender o espaço rural como uma realidade isolada e matematicamente definida, mas em ciências sociais, a dicotomia entre campo e cidade é amplamente adotada e empregada separadamente como categorias de análise.

A separação campo-cidade representa, segundo Marx, a maior divisão do trabalho material e intelectual. A cidade é considerada o lugar do trabalho intelectual. Sua existência implica de uma só vez a necessidade da administração, da política, de impostos, etc. De forma resumida: necessita da organização comunal, partindo da política em geral. Assim, Marx explicita o conteúdo da divisão do trabalho e, mais claramente, a relação de poder que torna a cidade dominante sobre o campo. Na cidade é onde se dirige, se administra e se regulamenta. É desse lugar que emana o controle financeiro e ideológico, de onde se decide tanto a orientação material da sociedade como sua orientação moral, religiosa e sua forma de consciência (SANTOS, 1993).

Para corroborar com essa discussão, cita-se Sposito (2006. p. 114):

“Desse ponto de vista, é admissível a definição de que a população urbana corresponda, em termos de levantamento censitário, aquela que vive em áreas definidas no plano político-administrativo como urbanas. Parece-nos eficaz e ingênuo supor que seria possível, a cada censo demográfico, estabelecer e multiplicar parâmetros capazes de apreender o que é urbano e apropriados para se aplicarem a um país marcado por elevado grau de diversidade regional, por grandes disparidades regionais e por ritmos de mudanças e modernização igualmente diversos”

No caso brasileiro essa oposição não é tão clara, já que historicamente grandes capitais e grupos dominantes se constituíram no campo e, durante muito tempo, exerceram o domínio econômico e político no país.

Pode-se afirmar que essa divisão do trabalho entre campo e cidade não é verdadeira, sequer para o período pré-industrial, no qual a população era predominantemente rural e desenvolvia localmente todas as atividades de manufatura e de serviços necessários à sua reprodução. Também não é verdadeira numa situação em que há modernização da atividade agrícola, porque o aumento de produtividade reduz os postos de trabalho agrícola, tornando quase obrigatória uma diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais (ALENTEZANO, 2000). É evidente que esse último argumento



tem que ser relativizado, por se aplicar a determinadas regiões dos países desenvolvidos e a algumas poucas áreas da realidade brasileira.

Campo e cidade são construções sociais. São subespaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferenciadas, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva: a do modo de produção capitalista, como enfatiza Lefebvre (1999).

Se campo e cidade são formas espaciais produzidas por relações sociais, rural e urbana constituem as relações que configuram o modo de vida específico para cada espaço, ou seja, são os conteúdos que dão vida a essas formas.

Portanto, rural e urbano ultrapassam os limites espaciais tradicionais. As contradições explicitam a realidade plural do desenvolvimento da sociedade: o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente; a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano.

A condição de ambos os espaços incorporarem atividades e estratégias de vida que não são próprias de suas lógicas, não significa que a tendência seja a completa homogeneização. Os espaços não se homogeneizam, pois especificidades são mantidas. As diferenças são sustentadas, pois são justamente elas que caracterizam cada subespaço.

A relação entre ambos se fortalece, pois tanto o campo quanto a cidade passam a ser cada vez mais valorizados pelas suas peculiaridades. Espaços que se diferenciam, mas que também se completam pela intensidade da relação estabelecida.

Neste sentido, Lefebvre (1999) afirma que o desenvolvimento tecnológico e produtivo também contribuiu para construir outra realidade, onde bens raros tornaram-se abundantes e bens abundantes tornaram-se raros. Essa nova raridade, apropriada pelo capital, remodela os espaços e as relações. O descanso e o lazer transformam-se em objetos de desejo diante da realidade um tanto quanto caótica das cidades.

Para Santos (1993), a tradicional separação entre um Brasil rural e um Brasil urbano passou a não mais contemplar a atual realidade. Rural e urbano não podem ser divididos, como se fossem duas realidades isoladas entre si e independentes. São partes integrantes de um todo e tais partes constantemente mantêm relações entre si. Todavia, o fato de apresentarem aspectos que os tornam comuns, não os transformam em um todo homogêneo.



Assim sendo, Abramovay (2000) afirma que a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Novas estratégias são incorporadas, pois as mudanças tecnológicas e as novas demandas (econômica, política e culturais) impulsionam a construção de uma outra realidade.

Com a intensificação das relações torna-se cada vez mais difícil separar o rural do urbano, o que não significa que esses subespaços não existam. Com isso, fica claro que cada vez menos as categorias de análise campo e cidade ou rural e urbano, tomadas como dicotômicas não servem para explicar a realidade territorial de um município, de uma região ou de um país.

2.2 O processo de urbanização e o espaço rural

Entende-se a urbanização como processo, na medida em que campo e cidade são construções sociais, são espaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferenciadas, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva. Somente quando se entende o campo como mundo rural, ou seja, um conjunto complexo que engloba o social, o cultural, o econômico e o interpessoal, e não simplesmente como agrícola, que está limitado aos aspectos econômicos, é que se pode falar de urbanização do campo.

O processo de urbanização do espaço rural vem sendo analisado, de maneira geral, através de duas abordagens distintas. Em uma se privilegiam as transformações territoriais, perpassadas pelos fatores econômicos, enquanto que a outra está centrada mais nos aspectos sociais. No entanto, o que parece ser mais adequado é uma análise que contemple todos esses aspectos e que coloque em evidência a maneira como eles estão imbricados.

Lefebvre (1991), ao considerar o processo de industrialização como o motor das transformações na sociedade, enumera algumas das principais mudanças produzidas por este:

[...] a expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do “mundo da mercadoria”, a concentração da população nas cidades (decorrente do despovoamento e da “descamponização” das regiões predominantemente rurais), a ampliação, não apenas das periferias (agora



fortemente povoadas), como, também, das redes (bancárias, comerciais, industriais) e de habitação. Segundo o referido autor, todo esse processo é responsável pela ampliação, e generalização da sociedade urbana. A realidade urbana faz-se reconhecer como realidade socioeconômica.

No Brasil, o processo de urbanização teve seu destaque ampliado a partir do desenvolvimento do setor industrial. A modernização chegou ao campo moldada no padrão urbano-industrial, exigindo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais e mão de obra qualificada, indispensáveis à produção agropecuária. Esse campo moderno repele os pobres e os trabalhadores da agricultura capitalizada, que passam a viver cada vez mais nos espaços urbanos (SANTOS, 1993).

As principais transformações no campo são identificadas, por um lado, pela tendência à expansão das ocupações não-agrícolas por pessoas que habitam áreas até então reconhecidas como rurais e, enquanto tal, predominantemente agrícolas, e de outro, pela manifestação de práticas culturais tanto na cidade como no campo.

Todas essas mudanças provocadas pelo processo de industrialização acabaram por gerar uma extensa competitividade pelos novos usos do solo (considerado) rural – atividades industriais, residenciais, e a prática do ócio que dividem com as atividades agrárias o mesmo espaço, resultando na constituição dos espaços rurais urbanizados e de espaços periurbanos.

Antes de aprofundar o tema, deve-se destacar a diferença entre periurbanização e urbanização do campo, uma vez que no primeiro caso encontra-se uma pressão muito forte sobre os usos agrícolas do solo, com o surgimento de novos usos que, em maior ou menor medida, causam a eliminação de usos tradicionais, enquanto que no segundo caso isso ocorre em menor proporção (GARCÍA RAMON, 1995).

O surgimento da periurbanização pode ser resultado do planejamento público, da intervenção de empresas privadas, da atuação individual ou coletiva não estruturada (GARCÍA RAMON, 1995), ou ainda pode ser a combinação das atuações, situação facilmente identificada em áreas próximas às cidades brasileiras, em especial as regiões metropolitanas.

Cabe destacar que a periurbanização ocorre de forma difusa e não contínua, já que suas áreas componentes podem se solapar e inclusive apresentar estruturas hierárquicas (GARCÍA RAMON, 1995).



Com relação à urbanização do campo, Garcia Ramon (1995) aponta que é um processo que tem origem no âmbito urbano e apresenta cinco componentes essenciais que englobam aspectos temporais e espaciais. O primeiro componente desse processo é a perda de população resultante da mecanização das atividades agrícolas e uma maior especialização produtiva. Como consequência da mecanização agrícola, ressalta-se a concentração do fator de produção terra, permitindo a produção agrícola com um número cada vez menor de mão de obra, que, predominantemente, é composta de trabalhadores rurais de meia idade, enquanto que a população jovem migra para a cidade, atraída pelas vantagens que este subespaço apresenta em relação ao campo, e a população mais envelhecida realiza atividades tidas como menos rentáveis, vinculadas a agropecuária.

O segundo componente analisado por Garcia Ramon (1995), é o uso residencial do espaço rural. Em áreas próximas as cidades, principalmente de médio e grande porte; é comum a fixação de residência em casa unifamiliar em espaços rurais, por famílias de jovens de classe média que se deslocam diariamente ao trabalho na cidade, ocorrendo um rejuvenescimento da população. A tendência é a conversão dessas áreas em subúrbio-dormitório, exercendo uma pressão sobre os usos agrícolas, que pouco a pouco dão lugar a atividades de prestação de serviços e, conseqüentemente as atitudes e comportamentos urbanos de classe média se impõem sobre os da sociedade agrária.

A residência secundária e o repovoamento pela imigração permanente de população aposentada para áreas rurais é o terceiro componente do processo de urbanização do campo. A ocupação de áreas rurais por essa população se dá em áreas mais distantes das cidades, sem exigência de boa acessibilidade, já que a intensidade dos deslocamentos é menor. Como consequência, se tem o envelhecimento da população, o surgimento de novas atividades de serviços para atender a população permanente e temporária que se instala nessas áreas. Normalmente, se mantém o predomínio da população local, com uma integração social muito reduzida dos novos habitantes, ocorrendo uma separação entre as duas comunidades (GARCÍA RAMON, 1995).

O quarto componente é a implantação de alguma atividade que só pode ser realizada em áreas rurais com determinadas condições, como por exemplo, a instalação de hidroelétricas ou parques aquáticos. Esse tipo de atividade provoca a imigração de técnicos, especialistas, comerciantes, empregados para a construção civil, hotelaria e outras



atividades, chegando à substituição de parte importante da população local. Nesse caso, normalmente não há a eliminação das atividades agrárias, que continuam sendo muito importantes para a dinâmica econômica regional, diferenciando-se do segundo caso (GARCÍA RAMON, 1995).

Por fim, em áreas onde as atividades agropecuárias ainda são relativamente importantes do ponto de vista econômico, predomina a população rural original. Nessas áreas, com as transformações na produção agrícola, com a intensificação dos fatores capital e trabalho, mesmo havendo a incorporação de elementos do modo de vida urbano, como a ampliação das relações Inter setoriais, ainda há o predomínio de grupos sociais de agricultores e da sociedade rural. Analisando as transformações territoriais do campo se pode estabelecer uma graduação do espaço rural, a partir do nível de urbanização apresentado por este (GARCÍA RAMON, 1995).

A grande diferenciação entre os espaços periurbanos e os semi-urbanizados dependerá dos critérios adotados e dos objetivos estabelecidos para a análise, pois estes apresentam características muito similares, com exceção do equilíbrio entre a tradição e o uso rural e os novos usos urbanos apresentados pelo segundo.

2.3 A urbanização do campo

De acordo com Lefebvre (1999), sobre a base territorial e econômica do campo, ou vinculada a ela, surgem fenômenos de outra ordem, de outro nível, os da vida social e cultural. A sociedade e a vida urbana, conduzidas pela expansão urbana, penetram no campo. Assim, pode-se entender a urbanização como um processo de transformação que afeta tanto a cidade quanto o campo. Também é importante destacar que é a cidade o centro de difusão da urbanização e é aí que esse processo atinge seu ponto máximo de desenvolvimento.

O modelo de vida urbano presente no campo implica em infraestruturas básicas e em outros sistemas de valores. As infraestruturas básicas urbanas mais comuns são a eletricidade, o gás de cozinha (butano), acompanhados pelo automóvel, a televisão, os eletrodomésticos, o mobiliário “moderno”, o que implica em novas exigências relacionadas aos serviços. Quanto ao sistema de valores, ocorre uma rápida adoção do lazer e de



características culturais vinculadas ao urbano (a música, a dança, as festas, etc.), e de costumes “modernos” como, por exemplo, os hábitos alimentares e relações pessoais. Intrínseco a isso, surge uma nova forma de consumir. Assim, se prolifera uma racionalidade difundida pela cidade. Entre a população rural, são os jovens que contribuem ativamente para essa rápida assimilação de coisas e representações vindas da cidade (LEFEBVRE, 1999).

As transformações recentes em áreas rurais são o resultado das novas relações que se estabelecem a partir da apropriação do espaço pela sociedade pós-indústria. A sociedade pós-industrial tem por base os serviços e a fonte do poder nela existente radica na informação. Esta sociedade pauta-se, pois, pela ascensão dos serviços, que se tornam hegemônicos e, inversamente, pelo declínio das atividades industriais (BELL, 1974, p. 148 e 149). No caso do Brasil, não se pode falar de uma sociedade pós-industrial de forma generalizada no âmbito nacional. No entanto, pode-se falar em traços de uma sociedade pós-industrial nas regiões onde ocorreu a territorialização do fenômeno industrial de forma mais expressiva, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e outros.

Antes da Segunda Guerra Mundial, A.W. Asbhy (1939, p. 369, apud CLOUT, 1976, p. 71) defendia que nos países desenvolvidos estava nascendo uma cultura comum para o campo e a cidade. O mesmo afirmava que “lentamente, mas com certeza, muito mais rápido que antes, a população rural absorverá a maior parte dos elementos da cultura comum [urbana], a adoção de valores que seriam para o bem de toda a sociedade”. No entanto, há que se considerar que o processo inverso também acontece, ou seja, a incorporação de valores e costumes rurais pela população urbana.

Nos últimos cinquenta anos, pode-se constatar esse fenômeno de expansão e incorporação da cultura urbana no campo. Outro aspecto que é visível é o papel dos jovens neste processo. O que teria que ser acrescentado é a forma que ocorre tal atuação.

“A diferenciação social não é atributo apenas da cidade, mas do campo também. Assim, a oposição entre cidade e campo cede lugar, do ponto de vista analítico, para o enfoque das relações entre cidade e campo e da unicidade e complementaridade por esse par dialético, podendo-se adotar, por conseguinte, a expressão cidade-campo (cidade em suas relações com o campo)”. (SPOSITO. M. 2006, p. 115)

Como todas as transformações que ocorrem no espaço rural, por meio da incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, dos avanços nos meios de transporte

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



e de comunicações e das novas demandas que isso implica, o meio rural se vê afetado pelo deslocamento da vida social. Esses deslocamentos se dão pelas novas relações estabelecidas pelo conjunto da população do campo com outros grupos e, em maior medida, pelas novas formas de interação social dos jovens. Os mesmos passam a se deslocar para a cidade para trabalhar ou para receber instruções nas instituições de ensino, além de buscarem também atividades de lazer. Dessa forma, se multiplicam os deslocamentos desse segmento da população rural (que agora passam a ser quase que diários) fora do meio de vida residencial. Este fator associado a objetos como o rádio, a televisão e, recentemente, o telefone, fixo e móvel, e ainda em menor proporção a internet, servem para difundir o modo de vida urbano que a população rural toma como seu. Todas as transformações estruturais do campo são acompanhadas por transformações das representações sociais e culturais no meio rural. Portanto, o papel de arrancar grande parte da população do “embrutecimento” da vida no campo, já não se configura como uma das virtudes das grandes cidades, como afirmaram Marx e Engels (VEIGA, 2002).

Expostos a uma nova conjuntura, o meio rural tende a se transformar e a se orientar a partir de uma lógica urbana. Além da introdução do instrumental tecnológico, que às vezes não representa mais que um símbolo da modernização, o meio rural se redefine através do desenvolvimento da mobilidade, devido aos avanços tecnológicos de transporte e comunicações e pela incorporação de uma imagem da cidade, que se difunde e é incorporada à cultura da população rural.

Os aspectos mais evidentes são os relacionados à economia e à ocupação da população rural. No caso brasileiro, desde o início da década de 1990, uma parcela considerável da população rural não trabalha em atividades agrícolas. Em 1990, no Sudeste, de cada cinco pessoas residentes no meio rural, apenas duas estavam envolvidas em ocupações agropecuárias. As Pesquisas por Amostra Domiciliar do IBGE indicam que no período de 1992 a 1995, enquanto a população economicamente ativa que vivia no campo aumentou em 200 mil pessoas, o número de trabalhadores rurais diminuiu em 350 mil pessoas. No mesmo período, aumentou o número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas. A proporção da população rural ocupada em atividades não-agrícolas no país passa de 20,8% em 1992 para 22,8% em 1995. No estado de São Paulo, aumenta de 35,5% para 44,2%, no mesmo período, de acordo com os dados das PNAD's.



Isso se dá porque surgem também novos negócios nas áreas rurais ligados ao turismo e ao lazer, além do uso residencial. Além disso, o campo representa uma opção para que algumas indústrias fujam dos altos custos de instalação e manutenção existentes nas cidades.

Para contribuir, cita-se Wanderley (2001) a difusão de expressões culturais da cidade para a população rural está associada ao conteúdo da cidade e não à forma espacial urbana, sendo que a expansão da cultura urbana fora da cidade pode ocorrer, sem que, no entanto, ela destrua a dualidade de formas ecológicas representadas pelo rural e pelo urbano. Essas características refletem mudanças que vêm ocorrendo e que levam para o fim da tradicional dicotomia rural-urbano, marcadas pelo isolamento e pela oposição total entre essas duas realidades.

Todos esses elementos que compõem o processo de urbanização do campo têm provocado transformações que podem ser mais ou menos intensas, gerando uma complexidade no meio rural jamais vista antes. Assim, se observa o surgimento de uma nova ruralidade.

2.4 O rural e o urbano: conceitos complementares

Além do fenômeno da expansão da fronteira agrícola, há que se considerar outros fenômenos como o neo-ruralismo e a produção de unidades residenciais em condomínios fechados ou não, em nas zonas rurais, ou seja, fora do perímetro urbano de municípios dos Centro-Sul. Portanto, não se pode considerar isoladamente esses indicadores de população rural e população urbana e simplesmente utilizá-los como variável única para mensurar a urbanização no Brasil. O neo-ruralismo trata-se de um fenômeno paradoxal, pois diante do processo de urbanização, o neo-ruralismo e representam importante elemento de resistência à urbanização nos moldes da cidade, ao mesmo tempo em que representam a introdução de componentes desse modelo, mas conservando a essência do rural. Assim, o conceito de neo-ruralismo é genérico e aplica-se a uma realidade pouco precisa e, ao mesmo tempo, está carregado de símbolos contraditórios. Para Giuliani (1990, p. 59), “o neo-ruralismo expressa a ideia de uma série de valores típicos do velho mundo, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoreamento e começam a



ganhar para si a adesão de pessoas da cidade”. Ou seja, trata-se da valorização do modo de vida rural associado a elementos do modo de vida citadino.

Outro aspecto importante que merece condição de destaque, não existe um “novo rural”, noção utilizada por Graziano da Silva (1999) para se referir a reestruturação do campo brasileiro. Esses discursos explicam pouco ou quase nada, pois o que precisamos discutir são os novos arranjos espaciais, as novas solidariedades e os novos ciclos de cooperação que se estabelecem no território brasileiro. Ainda, o avanço do capitalismo no campo provoca a industrialização da agricultura, a apropriação da renda da terra pelo capital, a territorialização de capital por um lado e a monopolização do território, por outro.

De forma contraditória, há um processo crescente de incorporação de técnica à produção agropecuária, com a redução do número total de pessoas ocupadas no campo, porém se mantendo o caráter rentista da reprodução do capital, através dos mecanismos de sujeição da agricultura camponesa ao capital, que consegue converter em lucro o excedente de trabalho e a renda da terra, contidos nas mercadorias agrícolas provenientes da agricultura familiar (LOCATEL, 2004).

Então, para poder pensar numa outra perspectiva de análise, sugere-se a superação da ideia de dicotomia. Há uma dependência do campo à cidade, da agricultura à indústria e do camponês/agricultor familiar ao capital. Como explicar essa dependência? Essa submissão poderia ser explicada, dentre outras categorias, a partir da monopolização do território pelas empresas, e da territorialização do capital nos setores mais lucrativos do agronegócio (VERGOPOULOS, 1977). Também é possível compreender melhor esse sistema de dependência a partir da agroindustrialização, da financeirização do território, da tecnificação, da normatização e dos novos arranjos espaciais que se estabelecem a partir dessas transformações.

Campo e cidade não se tratam de espaços opostos, que suas características se diferenciam pela lógica de desenvolvimento das forças produtivas e de usos do território, pelos agentes hegemônicos e não hegemônicos, fazendo com que estes espaços compartilhem conteúdos urbanos, assim como rurais, uma vez que não há como explicá-los de forma dissociada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Frente às discussões expostas aqui, fica clara uma questão básica: a dicotomia campo-cidade ainda tem sentido? De forma simplificada, pode-se afirmar que a diferenciação entre espaço rural e espaço urbano é válida para a análise territorial. O que não tem sentido é a oposição campo-cidade. Diante das novas realidades do meio rural, essa oposição perdeu todo o seu conteúdo explicativo. Não se pode considerar um espaço rural, mas sim o rural enquanto conteúdo que se integra paulatinamente com conteúdos urbanos. Também não se pode simplesmente elencar as funções do campo através de uma classificação de atividades ou de uso do solo, senão tomá-las como resultado de um processo de integração dos elementos característicos do âmbito urbano com os do rural. Assim, campo e cidade, rural e urbano têm que ser considerados como complementares nas análises territoriais, por se tratarem de subespaços e conteúdos interdependentes, que resultam do processo de urbanização do território.

Nessa perspectiva, faz-se necessário pensar o espaço geográfico, ou o rural-urbano, a partir da forma e do conteúdo, visto que campo e cidade se constituem em formas e rural e urbano são conteúdos, resultantes das relações sociais. Atentando para obra do Lefebvre (1991) percebe-se que tal par de categorias não é o mais adequado para uma abordagem geográfica, pois o urbano indica uma sociedade em formação, na qual inclui o rural.

Diante da crise do modelo urbano, e porque não dizer da crise da humanidade, porque não pensar em outro modelo? Acreditamos que é preciso garantir o direito à cidade para os cidadãos e também para os camponeses, ou seja, para quem vive na cidade, mas também para quem vive no campo.

Além disso, deve-se ressaltar que a urbanização do campo não provoca a eliminação do rural, por se tratar de um processo que atinge tanto a cidade como o campo. Assim, o que se pode afirmar é que existe uma nova territorialidade, composta por novas urbanidades e ruralidades, e que se faz necessário entendê-la desde uma nova abordagem, ou seja, considerando todos os elementos presentes no espaço, este entendido enquanto totalidade.

REFERÊNCIA

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



ABRAMOWAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA, 2000.

ALENTEZANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: Tedesco, João Carlos (org.). **A agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p.147-173.

ANDRADE, M.C. de. Geografia rural: Questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica** v. 25, nº 49-50, 1995. 3 -13p.

BELL, D. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix. 1974.

GARCIA RAMON. M. Dolores et al. **Geografía rural**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. nº. 14. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. 151 p.
KAGEYAMA, Angel. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Revista de Economia Aplicada**, nº 2, vol. 3, 1998, p. 515-551.

KAGEYAMA, A. **Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000**. São Paulo: IE/UNICAMP, 2003.

LEFBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LOCATEL, Celso D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004. (Tese de Doutorado).** Disponível em: <http://w3.ufsm.br/engrup/iengrup/pdf/t31.pdf>. Acessado em 27/09/2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999. 205 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. Inédito: Recife, 2001. Disponível em <<http://www.geobrasil2001.hpg.ig.com.br>>. Acesso em 27/09/2015.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 43-179.

Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acessado em 27/09/2015.